

Sumário

Apresentação	1
Prefácio	3
1 Introdução	11
1.1 Considerações preliminares	11
1.2 A questão da soberania	14
1.3 O pluralismo jurídico.....	18
1.4 O Direito Internacional Tributário e suas fontes	21
1.5 Incorporação, vigência e eficácia dos tratados	24
1.6 Hierarquia dos tratados e o sistema jurídico brasileiro	26
1.7 Da denúncia das normas veiculadas por Convenções bilaterais.....	30
1.8 Da territorialidade e da universalidade	32
1.9 Conclusões	37
2 Modelo de Convenção da OCDE e Sua Interpretação	39
2.1 Considerações sobre o Modelo da OCDE	39
2.2 A Operacionalidade dos Princípios no Sistema Jurídico	42
2.3 O pacta sunt servanda	45
2.4 Da interpretação e do reenvio ao direito interno.....	49
2.5 Da qualificação e construção do fato jurídico.....	54
2.6 Interpretação e aplicação das normas de não discriminação	59
3 Da Não Discriminação com Base na Nacionalidade	63
3.1 Cláusula geral da não discriminação (artigo 24, § 1)	63
3.1.1 Da discriminação direta e da discriminação indireta.....	66
3.2 Das pessoas abrangidas pela cláusula de não discriminação.....	72

3.2.1 Da nacionalidade e da personalidade jurídica das sociedades no direito brasileiro	75
3.3 O termo “nas mesmas condições”	79
3.4 Da residência no Modelo OCDE	82
3.4.1 Da residência no sistema jurídico brasileiro.....	85
3.5 Da tributação diferenciada.....	87
3.5.1 Diferenças entre pessoas jurídicas nacionais e residentes no sistema jurídico brasileiro.....	88
3.5.2 Discriminação com base na residência do contribuinte e a Constituição Brasileira	91
3.6 Conclusões sobre a cláusula geral da não discriminação	96
4 Da Não Discriminação dos Estabelecimentos Permanentes	99
4.1 Da cláusula de não discriminação dos estabelecimentos permanentes (artigo 24, §3).....	99
4.2 Das empresas.....	102
4.3 Do conceito de estabelecimento permanente	105
4.4 Do regime de tributação dos estabelecimentos permanentes	110
4.5 Das mesmas atividades.....	114
4.6 Conclusões da cláusula geral da não discriminação dos estabelecimentos permanentes	118
5 Da Cláusula da Não Discriminação e Controladas e Coligadas	119
5.1 Das “sociedades similares”	121
5.2 Das sociedades controladas e coligadas.....	123
5.3 Do regime de tributação das empresas associadas – “ <i>Arm’s lenght principle</i> ”	126
5.4 Dos Dividendos.....	129
5.5 Da Tributação dos Dividendos	131
5.6 Da transparência fiscal.....	132
5.6.1 Da transparência fiscal e a não discriminação.....	134

5.6.2 A transparência fiscal e as controladas indiretas – aplicação do princípio da territorialidade	138
6 Do Tratamento Discriminatório no Sistema Jurídico Brasileiro	143
6.1 Breves considerações sobre a tributação das rendas de não residentes pelo imposto sobre a renda brasileiro.....	143
6.1.1 A Não Discriminação do GATT na Jurisprudência dos Tribunais Superiores.....	146
6.2 A Não Discriminação Aplicada pelo Supremo Tribunal Federal - Caso Volvo RE 460.320	149
6.2.1 A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - REsp nº 602.725 e REsp n ° 426.945	153
6.3 A não discriminação de controladas e a teoria do “real adquirente” nos casos de ágio	156
7 Bibliografia	161